

ESPIRITUALIDADE, CANNABIS E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO E PERSPECTIVAS ACERCA DO LIVRO FUMO DE ANGOLA

Juliana Dias Santos ¹
José Eduardo Andrade Neto ²
Lia Midori Meyer Nascimento ³

RESUMO

De uma perspectiva histórica, diferentes narrativas foram utilizadas com a finalidade de exercer um papel controlador sobre diversos grupos sociais, considerados capazes de ameaçar uma elite hegemônica. Nesse processo se inicia e se enquadra a marginalização e proibição de venda e consumo de diversas substâncias psicoativas atreladas a determinados grupos e culturas. É nesse contexto que, a partir de 1932, a produção, consumo e comercialização de maconha é proibida no Brasil e ganha uma personificação: o estereótipo do preto selvagem e de religião “endemoniada”, sendo necessário uma política de repressão. O estudo tem como objetivo analisar a ligação entre espiritualidade, cannabis e a resistência abordada na obra "Fumo de Angola" como uma plataforma para educação das relações étnico raciais (ERER). Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e teórico. Sendo realizada uma Análise de Conteúdo (AC) da obra, fundamentado na literatura científica acerca da ERER. Após perpassar pelas etapas da AC, foi possível identificar quatro capítulos que dialogam com a temática da ERER e o ensino de ciências numa perspectiva intercultural. Diante do exposto, o uso da maconha dentro das religiões afrobrasileiras, africanas e indígenas carrega consigo um caráter profético e sagrado, esse conhecimento deriva do conhecimento etnobotânico nesses povos. Compreender e respeitar a diversidade cultural faz gerar debates e produz uma convivência crítica e respeitosa no meio educacional, sendo o diálogo intercultural um caminho possível. Dessa forma, é possível identificar três temáticas extremamente importantes para uma educação antirracistas: o diálogo intercultural sobre a espiritualidade e natureza em determinadas culturas que desnaturaliza concepções racistas; o uso sagrado da cannabis que proporciona a reconhecimento e valorização da diversidade cultural e descolonização de uma construção racista; e por fim, a ERER na formação de estudantes críticos, mobilizados e antirracistas.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

INTRODUÇÃO

Partindo de uma perspectiva histórica, diferentes narrativas foram utilizadas para exercer um papel controlador sobre diversos grupos sociais. Dentro desse processo, veio a proibição do uso e comércio de substâncias consideradas psicoativas. Seguindo essa mesma ação, ocorre a criminalização da maconha no Brasil, definida como uma substância psicoativa

¹Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho- UFS, julianasnts17@academico.ufs.br;

²Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto



e associada às camadas pobres da população, precisamente aos afro-brasileiros (Carneiro, 2019). De grande importância medicinal, sendo utilizada como sedativo geral e para tratamento específico, passou a ser rejeitada no campo da saúde devido à sua ligação com o povo negro. Sustentada por argumentos racistas, passou a ser vista como uma ameaça à saúde e à integridade racial, uma estratégia dos negros escravizados para se vingar do povo branco (Carneiro, 2019 ; Barbosa, 2012).

A rejeição da maconha no campo da medicina se deu no início do século XX, com a abertura de discussões acerca do uso de drogas. Existia na época uma visão racista em relação ao perfil das pessoas que faziam o uso dessas substâncias, onde o uso da maconha era dito como comportamento característico dos afro-brasileiros. Antes vista como um grande potencial da medicina, passou a ser rejeitada no campo da saúde devido, dentre outros fatores, à sua ligação com ritos sagrados do povo negro e indígena (Carneiro, 2019).

Tido como um marcador racial estigmatizado, foi também associada às práticas religiosas como o candomblé e a umbanda, afirmando-se ser utilizada pelos adeptos dessas religiões para práticas violentas (Dória, 1958). Isso mostra que a criminalização dessa substância e a proibição de manifestações religiosas do povo preto ocorreram pelas mesmas motivações. Apesar de ter sido definida como "droga" e até os dias atuais receber essa nomeação, historicamente a maconha faz parte de rituais religiosos (Saad, 2016). Outras substâncias, como o fumo, também fizeram parte do sagrado, porém a aceitação dessas foi mais pacífica se comparada à trajetória da maconha.

A violência que permanece até hoje sobre as manifestações do povo negro surgiu no período de escravização, com o código criminal de 1830, que estabelecia uma punição em chicotadas ao escravizado que cometesse qualquer delito. Paralelo a isso, o Brasil passou a penalizar a maconha (MacRae et al., 2016). Como forma de luta e resistência a essas e outras condutas que marginalizam o povo negro em vários âmbitos como mercado de trabalho, educação, político, social e cultural, no início do período republicano, surge o Movimento Negro (Domingues, 2007).

Após a abolição da escravatura, o povo negro vivia sem nenhum amparo social e foram criadas políticas públicas baseadas em uma hierarquização social construída a partir do racismo científico e darwinismo social na tentativa de apagamento do povo negro e alcançar o branqueamento da população (Conceição 2019).

Historicamente, os negros sofreram diversas formas de violência contra sua cultura, religião, cabelo e permanece até hoje de forma velada a tentativa de apagar suas histórias. Esse ponto vem sendo um desafio dentro da educação, portanto, a promulgação da Lei

ISSN: 2358-8829



10639/2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, deve ser vista como uma forma de reparação dessa cultura racista enraizada no Brasil.

Como discutido por Verrangia (2014), a discussão acerca das relações étnico-raciais é indispensável no ambiente escolar e nos cursos de licenciatura, visto que a escola é um ambiente de grande diversidade. A educação das relações étnico-raciais tem potencial para a formação cidadã crítica, que busca a desconstrução de estereótipos sobre grupos étnicos e o combate à discriminação racial (Verrangia; Silva, 2010).

Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar a ligação entre espiritualidade, cannabis e resistência na obra "Fumo de Angola" como uma plataforma para a promoção da educação das relações étnico-raciais.

METODOLOGIA

O presente estudo desenvolveu-se através de uma metodologia qualitativa, apresentando um caráter descritivo e exploratório (Creswell, 2007). Assim, a pesquisa foi desenvolvida a partir do livro *Fumo de Angola*, dos autores Edward John Baptista das Neves MacRae e Wagner Coutinho Alves, publicado em 2016 pela Editora UFBA (EDUFBA). Trata-se de uma coletânea de 23 artigos que destacam as temáticas interraciais, maconha, racismo e espiritualidade, analisando perspectivas sociais, econômicas, políticas, culturais e até ambientais.

A busca dentro do livro, se deu a partir da busca de palavras chaves como: espiritualidade, raça, racismo, maconha, cannabis, candomblé e umbanda. Sendo assim, é possível identificar quatro artigos que dialoguem sobre a temática trabalhada neste estudo: Cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade (Macrae, 2016); A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados (Macrae; Simões, 2016); Maconha e xamanismo numa tribo timbira (Domingues, 2016) e A maconha nos cultos afro-brasileiros (Saad, 2016).

Analisou-se os dados através do referencial metodológico da Análise de Conteúdo (AC) proposto por Bardin (2006), na qual se constrói através de três etapas: pré-análise,

exploração dos materiais e tratamento dos resultados. O primeiro momento, na pré-análise, se inicia com uma sistematização, com intuito organizacional, dos trabalhos levantados, dividindo-se em quatro fases: a leitura fluida dos artigos presentes nos trabalhos; seleção dos documentos, formulação de uma hipótese e o desenvolvimento dos indicadores (Bardin,

ISSN: 2358-8829



2006). No segundo momento, na exploração dos materiais, ocorre a definição de categorias, análise do material e identificação de unidades de registro. No terceiro momento, por fim, no tratamento dos resultados, começa-se a analisar os resultados obtidos a partir dos momentos anteriores, buscando uma relação entre as explicações, usando uma análise crítica e reflexiva (Bardin, 2006; Souza; Santos, 2020).

Diante da metodologia aplicada, após os processamento das etapas e os trabalhos levantados, foi possível sistematizar em duas categorias que circundam o trabalho: *Racismo, Cannabis e a Espiritualidade e Potencialidade para Educação das Relações Étnico-Raciais*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Racismo, Cannabis e a Espiritualidade

Os capítulos analisados trazem uma discussão acerca do uso da cannabis ter sido aceito até certo ponto, mas estigmatizado e rejeitado a partir do momento em que é associado a práticas do povo negro e indígena. Encontra-se uma argumentação de que a criminalização da maconha serviu como forma de manter o preconceito racial e exercer controle sobre a vida da população subalternizada.

Historicamente, no Brasil, a cannabis esteve associada a diversas funcionalidades para a população de origem africana e indígena, como na culinária, medicina e práticas religiosas. Devido à sua associação com o povo africano, visto como "selvagem", foi considerada um vício capaz de ameaçar a sociedade. Com isso, mostra-se que a proibição da maconha estava também ligada à repressão e controle das manifestações culturais africanas, como a religiosidade.

É muito abrangente a sua importância em rituais de religiões de matriz africana e indígena como forma de ligação com os deuses, devido ao receio de que o uso dessa substância por esses povos acabaria afetando a elite hegemônica. Conhecer as plantas e nomeá-las é uma prática importante na cultura religiosa do candomblé..

Potencialidade para Educação das Relações Étnico-Raciais

Como defendido por Verrangia e Silva (2010), abordagens que buscam utilizar os

conhecimentos gerados pelas Ciências Naturais com o objetivo de combater estereótipos de inferioridade e reconhecer a riqueza da diversidade étnico-racial existente na sociedade, demonstra uma potencialidade para uma educação cidadã através da educação das relações

ISSN: 2358-8829



étnico-raciais. Dessa forma, ao abordar em sala de aula sobre como a marginalização da cannabis contribuiu para a estigmatização do povo preto e como estruturou-se o racismo religioso voltado às religiões de matriz afro-brasileira, é possível abordar a marginalização história de determinados grupos étnico-raciais, e pavimentar um caminho para uma educação decolonial e antirracista no ensino de ciências e biologia.

A compreensão de que a cultura é o elemento central que irradia o que há de mais distintivo em uma civilização, como defendido por Silva (2009), enriquecendo-a com fontes de significado, padrões de pensamento, valores, sentimentos, recursos intelectuais, tradições e criações, é fundamental para a construção de uma educação antirracista. A cultura, em sua diversidade, é o ponto de partida para a promoção da igualdade e o combate ao racismo. Inserir esse conhecimento nos espaços de formação é um passo essencial nesse processo, pois permite que os educadores e estudantes explorem as riquezas das diversas culturas, reconheçam a herança cultural afro-brasileira e promovam o diálogo intercultural.

Os conhecimentos produzidos nos terreiros, muitas vezes enraizados na cultura afro-brasileira, desempenham um papel significativo na contribuição para essa educação antirracista (Verrangia, 2010). Ao incorporar esses saberes nos espaços de formação, estamos fortalecendo a valorização da diversidade étnica e cultural. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também desenvolve uma consciência crítica nos estudantes, capacitando-os a questionar estereótipos, preconceitos e desigualdades raciais (Scorsolini-Comin; Macedo, 2021).

Durante o decorrer dos capítulos, os mesmos trouxeram a potencialidade de um debate intercultural e como isso pode proporcionar uma formação crítica. Dessa maneira, o ensino de Ciências, ao se comprometer em abordar de maneira apropriada a diversidade cultural brasileira, pode desempenhar um papel fundamental na valorização da ancestralidade presente nas manifestações de africanidade e afrodescendência (Verrangia, 2010). Nesse contexto, a exploração de perspectivas de origem africana pode enriquecer a compreensão da dimensão cultural na interpretação de fenômenos biológicos, como o processo de envelhecimento, permitindo a diferenciação entre aspectos de natureza biológica e aqueles de natureza cultural (Verrangia, 2010). Para além dessa possibilidade, como o conhecimento da ancestralidade foi repassada por gerações, através da oralidade, e como essa ideia ancestral mantém

comunidades de afro-descendentes, na diáspora, em conexão com o mundo africano durante o processo de escravidão.

ISSN: 2358-8829



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a educação das relações étnico-raciais tem potencial para promover formação cidadã crítica engajada no combate a discriminação racial e da importância de discutir relação étnico-racial dentro da escola e na formação de professores, esta pesquisa buscou analisar a relação entre espiritualidade, cannabis e resistência na obra ‘Fumo de Angola’ como plataforma para a promoção da educação das relações étnico-raciais. Nossa pesquisa encontrou como principais resultados a relevância de se reconhecer o papel da cannabis para a espiritualidade dos povos pretos e indígenas, bem como o potencial dessa discussão para romper com concepções racistas e estigmatizantes sobre esses povos, e para promover a educação das relações étnico-raciais na formação crítica, cidadã e antirracista dos estudantes e da comunidade escolar. Isso através do reconhecimento e da diversidade cultural, do conhecimento sobre ancestralidade do povo preto. É encontrada uma discussão intensa sobre o significado sagrado da cannabis em rituais religiosos e como a proibição da maconha esteve de forma inegável como um ato de fazer controle social, especificamente sobre as manifestações do povo preto.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

Barbosa Ivan Fontes, 2012, “Notas acerca do discurso médico brasileiro sobre a maconha no primeiro quartel do século XX”, Revista Caderno de Ciências Sociais da UFRPE, vol. 1, no 1, p. 79-105.

DOMINGUES, S. A. Maconha e Xamanismo numa tribo timbira. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. **Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: Edufba, 2016. p. 347-366.

Dória Rodrigues, 1958, “Os Fumadores de Maconha. Efeitos e Males do Vício”, Maconha.



MACRAE, E.. Canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: Edufba, 2016. p. 25-60.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: Edufba, 2016. p. 263-276.

SAAD, L. A maconha nos cultos afro-brasileiros. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho. **Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade**. Salvador: Edufba, 2016. p. 391-418.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

SCORSOLINI-COMIN, F.; MACEDO, A. O terreiro e a universidade: estudo de caso etnopsicológico em um terreiro de Umbanda de Ribeirão Preto-SP, Brasil. **Diálogos**, v. 25, n. 3, p. 202-226, 2021.

VERRANGIA, D. Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira no ensino de Ciências: um grande desafio. **Revista África e Africanidades**, v. 8, n. 14, 2010. DA CONCEIÇÃO, Alexsandro Gomes. O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, v. 11, n. 31, 2019.

CARNEIRO, Henrique. Proibição da Maconha: racismo e violência no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 92, p. 135-152, 2019. CARNEIRO, Henrique. Proibição da Maconha: racismo e violência no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 92, p. 135-152, 2019.

MACRAE Edward e ALVES Wagner Coutinho, 2016, *Fumo de Angola. Canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade*, Salvador, Edufba.



DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007.

DA CONCEIÇÃO, Alexsandro Gomes. O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, v. 11, n. 31, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

VERRANGIA, D. Educação científica e diversidade étnico-racial: o ensino e a pesquisa em foco. *Interações*, n. 31, pp. 2-27. 2014.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Cidadania, relações étnico raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. *Educação e Pesquisa*, v. 36, p. 705-718, 2010.